



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Matéria:** Projeto de Lei nº 60/2024.

**Data:** 16 de outubro de 2024.

**Autoria:** Poder Executivo.

**Súmula:** "ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1074/1994, QUE DÁ DENOMINAÇÃO À VIA PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICA."

**RELATÓRIO**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 60/2024, altera o art. 1º da Lei Municipal nº 1074/1994, que dá denominação à Rua Santos Dumont.

A alteração se dá exclusivamente para incluir na legislação as coordenadas UTM de início e fim da referida via.

Sendo assim, o Projeto de Lei encontra-se nestas Comissões, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade destas Relatorias, para que seja exarado o parecer conforme as competências atribuídas pelo art. 42, I, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

**PARECER**

**TÉCNICA LEGISLATIVA**

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, ambos do RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza e em



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

A forma de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, está prevista no parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal (CF). Nesse sentido também vige a Lei Complementar Federal nº 95/1998 (LC nº 95/98) como norma de regência da ciência Legística.

A inobservância da Legística implica em inadmissibilidade parcial da proposição, de sorte que incumbe à comissão competente para apreciar a admissibilidade a apresentação de emenda supressiva ou modificativa, conforme o caso, como determina o 42 e seguintes, RI.

Sob o ponto de vista da técnica legislativa, não foram verificados apontamentos ou observações.

### COMPETÊNCIA

Quanto à competência da proposição, esta atende aos preceitos constitucionais, conforme cita o artigo 30 da Constituição Federal, vejamos:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Neste sentido a proposição em comento respeita a competência legislativa encontrando amparo na Constituição Federal.

### CONCLUSÃO

Sendo assim, a proposição em comento respeita a competência para legislar sobre o assunto, tem amparo na Constituição Federal e não havendo óbices à sua tramitação e ainda, quanto à técnica legislativa, está de acordo com a Lei

8  
P  
A5-9



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
ESTADO DO PARANÁ


Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a redação legislativa e portanto, apta a ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

Por isso, vota-se pela sua adoção.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

As Comissões competentes em reunião realizada no dia 16 de outubro de 2024, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, pela ADOÇÃO do Projeto de Lei do Executivo nº 60/2024.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

  
**MÁRCIO BERALDO**  
Presidente

**SARGENTO LEANDRO CHRESTANI**  
Relator

  
**ALEXANDRE GUIMARÃES**  
Membro



Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º

**APROVADO**

107, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre a organização da administração pública municipal, para

Em 1ª discussão,  
Sala das Sessões 11 de 10 de 2024

Presidente

Por isso, vota-se pela sua adoção.

**APROVADO**

Em 2ª discussão.

Sala das Sessões 28 de 10 de 2024

Presidente

As Comissões competentes em reunião realizada no dia 18 de outubro  
de 2024, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, pela  
ADOÇÃO do Projeto de Lei do Executivo nº 80/2024.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

MÁRCIO BERALDO

Presidente

ALEXANDRE GUIMARÃES

Membro

SARGENTO LEANDRO CHRESTANI

Relator